



Uma nova era de mais autonomia e liberdade

Debate Ensino privado João Munóz

A aprovação recente do novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo (EPC) por parte do Governo anuncia um clima de mudança muito positivo para o futuro da educação no nosso país. Em primeiro lugar, porque institui uma maior e real autonomia e flexibilidade, que nos permitirá fazer mais e melhor pelas nossas escolas, professores, alunos; em segundo lugar, dá início a uma nova era na relação entre o Estado e o EPC.

Isto só foi possível porque existe hoje em Portugal uma maturidade democrática que permite aos seus governantes decidirem questões ideológicas com coragem e determinação, e assim cumprirem uma das medidas mais emblemáticas do programa de governo da coligação.

Afirmar que este novo estatuto põe em causa a missão da escola pública é a expressão de uma montagem ideológica que nega à sociedade a possibilidade de escolha em liberdade: às escolas, a proposta de uma oferta educativa diversificada; às famílias, sobretudo as mais pobres, a escolha de uma boa escola para os seus filhos.

As condições estão criadas para que Portugal passe a pertencer ao conjunto de países em que os pais podem escolher livremente as escolas que pretendem que os seus filhos frequentem, sejam os estabelecimentos de ensino estatal sejam os privados. A experiência de outros sistemas de ensino já provou que este é um importante instrumento para garantir a satisfação das diferentes necessidades das crianças e jovens. Dizem os opositores da liberdade que nesses países continua a haver problemas por resolver. É verdade; sê-lo-á sempre. Mas nenhum desses países voltou atrás! Uma vez garantido este princípio da liberdade de escolha, o que importa é aprofundar o debate na sociedade sobre o modo de melhorar a sua concretização em cada contexto.

A educação tem de libertar-se das correntes do Estado e poder oferecer aos pais e encarregados de educação diferentes projetos educativos para estes escolherem, com toda a informação, o que melhor serve os interesses dos seus filhos. Uma escolha consciente e rigorosa, autónoma e livre, em que a questão financeira não seja impedimento na tomada de decisão.

Por seu turno, o Estado tem de libertar-se da gestão das escolas para se concentrar na avaliação da qualidade educativa e na supervisão do sistema educativo no seu todo, respeitando o princípio da liberdade de aprender e de ensinar e a autonomia das escolas.



PAULO PIMENTA

A crise internacional mostrou muitas das debilidades do nosso país. Agora, é tempo de discutir o futuro de Portugal e encontrar novos modos de educar os mais novos, porque a força do país é sempre a força dos seus cidadãos. Precisamos de novos modelos de escolarização, fundamentais para que os alunos adquiram as competências adequadas para enfrentar os desafios do futuro. O EPC está em



O Estado tem de libertar-se da gestão das escolas para se concentrar na avaliação da qualidade educativa e na supervisão

condições de dar um importante contributo nesta missão. Com escolas mais autónomas, mais livres e mais responsáveis, podemos construir um país melhor para todos.

Chegou o momento de as famílias e encarregados de educação poderem finalmente fazer as suas próprias escolhas no sentido de garantirem uma educação de qualidade para os seus filhos.

Neste novo contexto será dado aos professores um

papel determinante para a concretização de projetos educativos inovadores, contando com a sua motivação e determinação na singular missão de formarem Homens e Mulheres para o futuro.



Vice-presidente da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP)